

Para além da soberana crueldade, uma utopia possível

Resenha de Jacques Derrida, *Estados-da-alma da psicanálise – O impossível para além da soberana crueldade*, São Paulo, Escuta Editora, 2001, 104 p.

Em julho de 2000, Paris, 1250 psicanalistas de diversos países, pertencentes às mais variadas correntes e instituições reuniram-se num grande encontro chamado “Estados Gerais da Psicanálise”. Esse nome deriva de episódio da história francesa, dos momentos que antecederam a Revolução, quando o rei convoca uma assembleia, chamada de “Estados Gerais”, onde representantes da sociedade dão conta do que nela ocorre. Ela se transforma na Assembleia Constituinte, que alija o próprio rei do poder, detonando o gatilho da Revolução.

Vê-se que a denominação do encontro tem amplas ressonâncias políticas.

Os “Estados Gerais” são um desdobramento natural do espaço transinstitucional “Confrontation”, criado por René Major e que, por 10 anos (1973-1983), teve importante papel no ambiente “psi” francês.

Momento culminante deste encontro em Paris foi a conferência pronunciada por Jacques Derrida, reconhecida como o mais importante filósofo da atualidade, cuja obra é intimamente ligada à psicanálise e muito difundida pela grande mídia internacional sob o rótulo da “desconstrução”, construto teórico que causa grande polêmica ainda hoje nos campi *norte-americanos*.

O tema central desta conferência – agora publicada – é o problema do mal e suas manifestações nas relações humanas e suas organizações sociais.

Derrida considera inicialmente como é inelutável a existência do mal na humanidade, sendo irrealístico querer negá-lo ou suprimi-lo. É necessário

contar com ele e saber enfrentá-lo. Se, em tempos anteriores, o mal era compreendido em termos religiosos, isso não mais é possível. Na atualidade, o único discurso capaz de enfrentá-lo, dimensioná-lo e entendê-lo é o discurso psicanalítico. Freud mostrou como o mal que existe na essência do homem é consequência de uma das pulsões que regem seu destino, é manifestação de Tãnatos, a pulsão de morte, que se evidencia em nível individual ou inter-relacional como sado-masquismo (no prazer em fazer sofrer, no prazer em sofrer) e, como não poderia deixar de ser, se infiltra em suas organizações e instituições sociais, como o Estado, sob a forma de uma pulsão de poder, que se exerce como crueldade e soberania. Exemplo cabal da crueldade soberana do Estado é a pena de morte,

contra a qual Derrida tem publicamente lutado. Diz Derrida: “Se há um discurso que poderia, hoje em dia, reivindicar a causa da crueldade psíquica como assunto próprio, esse é o que se chama, de mais ou menos um século para cá, psicanálise” (p. 9).

E é justamente aí, onde se esperaria a contribuição fundamental da psicanálise para enfrentar esse problema que desde sempre aflige a humanidade, que Derrida constata a ausência da psicanálise: ela se omite.

Essa omissão faz Derrida ressaltar uma questão fundamental: se há uma grande resistência do mundo à psicanálise (o que é conhecido por todos, não é nenhuma novidade), é preciso reconhecer que ela – por sua vez – resiste ao mundo e a si mesma.

O mundo levanta contra a psicanálise o generalizado aferrar-se a uma concepção da realidade humana centrada na consciência, da qual decorre – por exemplo – a idéia de *soberania*. Essa *soberania*, conceito tão carregado de sentidos jurídicos e políticos referentes ao funcionamento autônomo do Estado, de seu poder “sem limites” e “independente”, diz respeito a uma visão do ser huma-

no que presume autonomia e onipotência da pessoa ou dos grupos sociais por ela compostos, como o Estado. Eles (pessoa ou Estado) gozariam de liberdade, haveria o primado da vontade egóica e da intencionalidade consciente. Essa concepção se articula em modelos positivistas da ciência, nas elocubrações acadêmicas, hermenêuticas e filosóficas, levando a “conceitos e práticas arcaicas do ético, do jurídico e do político” (p. 16), ainda totalmente dominados pela lógica consciente que não leva em consideração a descoberta freudiana do inconsciente. Seria, pois, uma concepção insustentável depois do aparecimento da psicanálise. Diz Derrida: “Tal soberania, o primeiro gesto da psicanálise teria sido o de explicá-la para dar conta de sua inelutabilidade, ao mesmo tempo projetando desconstruir sua genealogia – que também passa pelo assassinato cruel” (p. 17).

Se o mundo resiste forte e persistentemente à psicanálise, erguendo contra ela as concepções baseadas na consciência como a *soberania*, os modelos positivistas e espiritualistas, os axiomas metafísicos da ética, do direito e da política, ela não toma o “primeiro gesto” mencionado acima, não as “desconstrói” como deveria. Embora reconhecendo os aspectos arcaicos e equivocados destas concepções resistências que o mundo lhe oferece, a psicanálise não se dispõe à luta, não a analisa e

“essa resistência é também uma resistência a si própria” (p. 17). Isso porque, diz Derrida, a psicanálise resiste ao mundo e a ela mesma. Diz ele: “(...) (há) a resistência ao mundo de uma psicanálise que resiste a si própria, que se dobra em si mesma para resistir, se assim posso dizer, para se inibir ela mesma, de maneira quase auto-imunitária” (p. 14).

Na verdade é contra essa psicanálise que resiste ao mundo e que se inibe a si própria que responde, de certa forma, a convocatória dos “Estados Gerais”, o que dá ao encontro de Paris seu definitivo recorte político (p. 15).

Na atualidade, vivendo a sociedade grandes transformações geradoras de perplexidades, muito se esperaria do pensamento psicanalítico e é justamente aí quando se evidencia seu silêncio. Diz Derrida: “São muitas as coisas a propósito das quais, se não me engano, a psicanálise como tal em seus discursos estatutários e autorizados, mesmo na quase totalidade de suas produções, ainda pouco disse ou quase nada teve a dizer de original. Isso onde é dela que se espera a resposta mais específica, na verdade a única resposta apropriada” (p. 19).

Como um exemplo de que nem sempre foi assim, o autor lembra “Considerações atuais sobre a guerra e a morte” e “Porque a guerra?”, títulos de Freud de 1915 e 1932. Este último é uma correspondência trocada entre Freud e Einstein, a convite da instituição precursora da atual Organização das Nações Unidas (ONU), a impotente “Sociedade das Nações”, que, àquela altura, inutilmente tentava impor uma paz mundial. Naquela correspondência, ambos, Freud e Einstein, estabelecem o irreversível da pulsão de morte, da crueldade e da necessidade de se defrontar com ela, do saber lidar com ela. E é justamente aí, ao falar da “crueldade”, ou seja, das repercussões sociais da pulsão de morte, de sua importância nas guerras e na destrutividade, que a argumentação de Freud se revela “ao mesmo tempo a mais política e, em sua lógica, a mais rigorosamente psicanalítica” (p. 71).

Ao enfatizar como Freud, ao fazer declarações extremamente políticas, não abre mão do rigor analítico, pelo contrário, utiliza-o para entender a política, Derrida tenta destruir a resistência que tem sido mantida pelos psicanalistas, que, em nome da *neutralidade* e do comportamento *científico*, advogam como incompatível qualquer engajamento político da psicanálise.

Para Derrida, é claro que as idéias psicanalíticas, que se organizam numa lógica própria, devem contribuir para o advento de uma nova ética, um novo

direito e uma nova política. Elas trazem elementos imprescindíveis e valiosos para a compreensão e a resolução dos novos problemas que a sociedade e a história não param de produzir em função dos desenvolvimentos técnico-científicos e das crises econômico-sociais, geradores de traumáticas guerras, populações em migrações forçadas, conflitos étnicos, abusos policiais e militares, novas configurações da família humana, etc.

Em sua correspondência com Einstein, aqui extensamente comentada por Derrida, Freud aconselha a não se alimentar ilusões frente à irrevogável existência das pulsões de ódio e destruição. É preciso levá-las sempre em conta e saber lidar com elas de forma indireta, sem ter a pretensão de extirpá-las, como alguns regimes utopicamente planejaram: “Se a pulsão de poder ou a pulsão de crueldade é irredutível, mais velha, mais antiga que os princípios (...) então nenhuma política poderá erradicá-la” (p. 35).

Freud salienta que não há direito sem poder (força, violência), como atesta “Macht und Recht”, primeiro título pensado por Freud para aquele seu texto. Estabelece, assim, a diferen-

ça entre a força (ou a violência) necessária para a criação e a imposição da lei, e a crueldade – que pertence a outro domínio.

Lembra Freud ainda que, além da irrevogável realidade humana da pulsão de morte, há outra realidade que não pode ser ignorada – a também irrevogável desigualdade inata dos seres humanos, que os divide em duas classes: por um lado, as massas dependentes; por outro, os líderes que as comandam. Realisticamente, Freud diz que esses líderes devem ser treinados – psicanalizados? – para que possam exercer da forma mais adequada o poder, sem aceder à tentação da crueldade. “Seria, pois, necessário educar uma camada superior de homens de espírito independente, capazes de resistir à intimidação e cuidadosos da verdade, para que dirijam as massas dependentes. Claro que o Estado e a Igreja tendem a limitar a produção de tais espíritos” (p. 77).

Derrida aponta duas vertentes significativas e problemáticas para o advir do novo tempo, dessa “progressividade e racionalismo desassombrado”, das “novas Luzes para nosso tempo” (p. 77).

A primeira leva em conta que a psicanálise não pode condenar, reprimir ou censurar a agressão e a destrutividade, por sabê-las constitucionais e ter por objetivo sua compreensão e análise, cabendo assim a outros campos – a justiça, a ética e a política – este exercício, que – entretanto – deve ser praticado levando em conta o saber psicanalítico.

Diz ele: “É nesse lugar difícil de cingir (...) que a transformação por vir em ética, direito e política deveria levar

em conta o saber psicanalítico (*o que não quer dizer que se busque nisso um programa*)” (pp. 79-80). Por outro lado, é necessário que a comunidade analítica passe a se interessar pela coisa pública, especialmente pelo direito, ajudando-o a elaborar as modificações em suas leis, para melhor exercer sua função regulamentadora dos novos e inesperados problemas produzidos por uma sociedade em permanente evolução.

A segunda é a importância do engajamento dos psicanalistas na luta contra a guerra e a crueldade dos Estados. Como Freud enfatiza, não se pode negar as dualidades pulsionais, sem as quais a vida não poderia existir. Mas ao afirmar isso, Freud luta pelo direito de viver. E, ao defendê-lo, implicitamente condena a guerra e a pena de morte enquanto expressão da crueldade do Estado soberano. Freud sustenta que o pacifismo tem raízes orgânicas, constitucionais. Essa afirmação, que pode surpreender a alguns, é consequência lógica da existência da irrefutável pulsão de morte (pulsão agressiva ou destrutiva), com a qual somos todos dotados de formas diferentes e cujo manejo teremos de praticar de forma singular.

Derrida, ao enfatizar, mais uma vez, a absoluta necessidade da presença dos conhecimentos psicanalíticos nas for-

mulações e na prática da política, da ética e da justiça, sublinha a radical estranheza da pulsão de morte ou agressiva, que desafia toda e qualquer economia, desde a macroeconomia dos Estados, passando pela micro-economia doméstica, até chegar ao que Freud chama de economia psíquica: “Pode-se acreditar que a economia é desafiada pela especulação dita *mitológica* sobre a pulsão de morte e sobre a pulsão de poder, portanto sobre a crueldade, como sobre a soberania. Na pulsão de morte (...) pode-se reconhecer, com efeito, uma aparência de aneconomia (ausência de economia). E o que é mais aneconômico, dir-se-á, do que a destruição? E do que a crueldade?” (p. 83).

Derrida termina sua conferência estabelecendo três tarefas a serem assumidas pelos “Estados Gerais”, com o intuito de estabelecer no futuro um novo período iluminista, uma nova *Aufklärung* onde o saber psicanalítico é imprescindível.

A primeira tarefa, “constatativa” (da ordem do saber teórico), é fazer com que a psicanálise não se afaste dos outros saberes e neles atue: “(...) a psicanálise poderia no futuro levar seriamente em consideração, para ter nisso uma conta rigorosa, como Freud prescrevia, ele próprio, a totalidade do saber, em particular saberes científicos que a mantêm à borda do psíquico supostamente puro (...), mas também as mutações tecnocientíficas que lhes são inseparáveis” (p. 87).

A segunda, “performativa” (da ordem do fazer possível),

“a psicanálise tem de tomar suas responsabilidades, inventar ou reinventar seu direito, suas instituições, seus estatutos, suas normas, etc. Suponho que vocês (os que participam dos Estados Gerais) estejam aqui por isso” (p. 87).

A terceira e última, Derrida poeticamente apela para que nós psicanalistas transcendamos os impositivos constata-tivos e performativos e invistamos num “para além”, acreditemos na possibilidade deste “para além” que se configurará na medida em que o saber psicanalítico possa ser integrado nos diversos campos que organizam a vida em sociedade (o jurídico, o político e o ético).

Caso esse “impossível” se torne possível, seria o advento daquilo que chama de “a democracia que está por vir”, seria a realização de uma utopia possível.

Durante muito tempo, se dizia que o uso da psicanálise para a compreensão dos fenômenos sociais seria um erro metodológico, uma redução descabida, um equívoco – na melhor das hipóteses – ingênuo. Tal ditame vinha tanto da própria psicanálise, como de uma sociologia que supervalorizava o econômico. O que Derrida diz, com todas as letras, é que, atualmente, não é possível propor qualquer projeto de compreensão sociológica e antropológica, qualquer formulação ética, jurídica ou política, sem levar em conta o saber psicanalítico. E, para tanto, a psicanálise não deve se omitir.

Ao creditar grande esperança no acontecimento dos “Estados Gerais” para o futuro não só da psicanálise (quando faz questão de reconhecer o mérito de René Major e Elizabeth

Roudinesco na sua consecução), o autor explicitamente critica as instituições oficiais que supostamente deveriam representar a psicanálise, mas que se perdem em estereis jogos de poder intra-institucional e extra-institucional. Esse é o problema de toda e qualquer instituição e, no caso da instituição psicanalítica mais oficial, a IPA (International Psychoanalytic Association), o problema se instalou com o próprio Freud, na medida em que autorizou a formação de um Comitê Secreto que efetivamente detinha o poder dentro da associação que se inaugurava e que se propunha democrática.

Por essa razão, Derrida nos conchama a inventarmos novos modos de agruparmos, modos que nos afastem da psicologia do grupo e da revivescência do fantasma familiar, possibilitando a criação de um “para além” da instituição. É esse o sonho dos “Estados Gerais”.

É neste sentido que diz taxativamente Derrida: “Tanto quanto aquela do Comitê secreto, a cena da IPA é essencialmente incompatível com uma idéia de Estados Gerais” (p. 62).

Sérgio Telles é psicanalista membro do Depto. de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, escritor autor de *Mergulhador de Acapulco*.